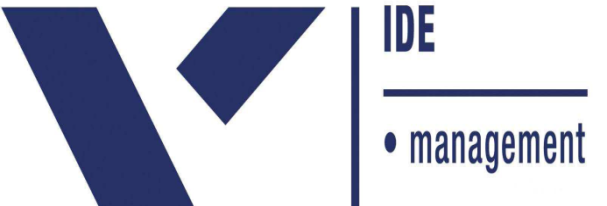
**

**ISABELLA GOTTI**

**ANÁLISE COMPARATIVA DE RETORNOS SOBRE O INVESTIMENTO DE LONGO PRAZO**

Trabalho apresentado ao curso MBA em Gestão Estratégica de Empresas, Pós-Graduação *lato sensu*, Nível de Especialização, do Programa FGV Management da Fundação Getulio Vargas, como pré-requisito para a obtenção do Titulo de Especialista.

**Jose Carlos Franco de Abreu Filho**

**Coordenador Acadêmico Executivo**

**Gianfranco Muncinelli**

**Orientador**

**Curitiba – PR**

**2018**

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

PROGRAMA FGV MANAGEMENT

MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE EMPRESAS

O Trabalho de Conclusão de Curso, **Análise Comparativa de Retornos Sobre o Investimento de Longo Prazo,** elaborado por Isabella Gotti e aprovado pela Coordenação Acadêmica, foi aceito como pré-requisito para a obtenção do certificado do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* MBA em Gestão Estratégica de Empresas, Nível de Especialização, do Programa FGV Management.

Curitiba, 27 de abril de 2018

|  |
| --- |
| Jose Carlos Franco de Abreu Filho  Coordenador Acadêmico Executivo |

|  |
| --- |
| Gianfranco Muncinelli  Orientador |

**Termo de Compromisso**

O aluno Isabella Gotti, abaixo assinado, do curso de MBA em Gestão Estratégica de Empresas, Turma 2/16 do Programa FGV Management, realizado nas dependências da instituição conveniada ISAE, no período de março de 2016 a abril de 2018, declara que o conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Análise Comparativa de Retornos Sobre o Investimento de Longo Prazo, é autêntico e original.

Curitiba, 27 de abril de 2018

|  |
| --- |
| Isabella Gotti |

Dedico esse TCC aos meus pais, que estão sempre comigo na batalha de conquistar meus sonhos, me proporcionando forças para ir adiante. Dedico também a todos que me passaram o conhecimento que hoje tenho.

## Agradeço a todos que me apoiaram nas horas difíceis, e a todos que me trouxeram aprendizado nesta vida.

# Resumo

GOTTI, Isabella. **Análise comparativa de retornos sobre o investimento de longo prazo, como alternativa de complemento de renda futuro**. Pesquisa Acadêmica (MBA em Gestão Estratégica) – FGV, Curitiba, 2018.

Esta pesquisa acadêmica tem por objetivo apresentar qual modalidade de investimento é mais vantajosa sob o ponto de vista do retorno do capital investido em um período de 360 meses. Visando comparar planos de previdência complementar de regime aberto, expondo a mais vantajosa por meio de levantamento de dados, comparando com poupança, Tesouro Direto e CDB (Certificado de Depósito Bancário). Para tanto, investimento em previdência complementar, na maioria das vezes, é uma das opções mais vantajosas quando se tem algum objetivo em longo prazo ou até mesmo para complementação de renda e possui um grau de risco baixo, mas devida a falta de cultura em investir as pessoas se espelham na caderneta de poupança. Por esse motivo foram demonstrados conceitos e regras de investimento em previdência complementar aberta, poupança, tesouro direto e CDB. Adicionalmente, foi ressaltada a educação financeira para conscientizar sua importância, a fim de mudar os hábitos da cultura brasileira, relacionando com a perspectiva de vida das pessoas, a qual impacta diretamente no objetivo e horizonte do investimento. Por fim, realizado um levantamento, com o propósito de analisar esses investimentos e simular o benefício adquirido durante o período do investimento. Dessa forma é possível sugerir através de evidências qual a categoria mais vantajosa. Metodologia: estudo bibliográfico, documental e levantamento de dados.

**Palavras-chave:** Investimento. Previdência Complementar. Tesouro Direto. Poupança. CDB.

# Abstract

GOTTI, Isabella. **Análise comparativa de retornos sobre o investimento de longo prazo, como alternativa de complemento de renda futuro**. Pesquisa Acadêmica (MBA em Gestão Estratégica) – FGV, Curitiba, 2018.

This academic research aims to present which type of investment is more advantageous from the point of view of the return of the capital invested in a period of 360 months. Aiming to compare supplementary private pension plans, exposing the most advantageous by means of data collection, comparing with savings and CDB (Certificate of Deposit). To that end, investment in supplementary pension plans is often one of the most advantageous options when one has a long-term objective or even for income supplementation and has a low degree of risk, but due to a lack of culture in investing People are mirrored in the savings account. For this reason, we have demonstrated concepts and rules of investment in open pension, closed pension, savings, and CBD. In addition, financial education was emphasized to raise awareness of its importance, in order to change the habits of Brazilian culture, relating to the perspective of people's lives, which has a direct impact on the objective and horizon of the investment. Finally, a survey was carried out, with the purpose of analyzing these investments and simulating the benefit owned during the period of investment. In this way it is possible to suggest through evidence which category is the most advantageous. Methodology: bibliographical study, documentary, and data collection.

**Keywords:** Investment, Complementary Pensions, Private Pension Plan, Savings, CDB.

**LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL........................................... 28

FIGURA 2 – ORGANOGRAMA SFN..................................................................................... 32

FIGURA 3 – ORGANOGRAMA REGULADORES DE INVESTIMENTO...........................33

FIGURA 4 – VALOR FUTURO DE UM CAPITAL................................................................40

FIGURA 5 – DEPOSITOS REGULARES................................................................................40

FIGURA 6 – VALOR FUTURO PGBL....................................................................................41

FIGURA 7 – VALOR FUTURO VGBL...................................................................................42

FIGURA 8 – VALOR FUTURO CDB......................................................................................42

FIGURA 9 – VALOR FUTURO TESOURO DIRETO............................................................43

FIGURA 10 – VALOR FUTURO CADERNETA DE POUPANÇA........................................44

FIGURA 11 - RESUMO QUANTITATIVO GERAL RETORNO INVESTIMENTOS..........55

FIGURA 12 – QUADRO COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS...................................48

**LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – RESUMO QUANTITATIVO GERAL RETORNO INVESTIMENTOS...........45

**Sumário**

1 – INTRODUÇÃO....................................................................................................10

1.1 - TEMA.................................................................................................................11

1.2 - PROBLEMA DE PESQUISA.............................................................................11

1.3 - JUSTIFICATIVA...............................................................................................11

1.4 - OBJETIVOS.......................................................................................................13

1.4.1 - OBJETIVO GERAL........................................................................................13

1.4.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS...........................................................................13

1.5 - ESTRUTURA DO TRABALHO........................................................................14

2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA........................................................................15

2.1 - EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL........................................................15

2.2 - EXPECTATIVA DE VIDA DAS PESSOAS NO BRASIL................................17

2.3 - CONSUMO SEUS MOTIVOS E CONSEQUÊNCIAS.....................................18

2.4 - MODALIDADES DE INVESTIMENTOS PARA PESSOA FÍSICA................21

2.4.1 - CADERNETA DE POUPANÇA E SUAS APLICAÇÕES.............................22

2.4.1.1 - REMUNERAÇÃO DOS DEPÓSITOS DE POUPANÇA............................23

2.4.2 - TESOURO DIRETO........................................................................................24

2.4.3 - CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO – RENDA FIXA....................25

2.4.4 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.............................................................27

2.4.4.1 – PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA........................................................28

2.4.4.2 - PLANO GERADOR DE BENEFÍCIO LIVRE – PGBL...............................29

2.4.4.3 - PLANO VIDA GERADOR DE BENEFÍCIO LIVRE – VGBL....................29

2.5 - ASPECTOS LEGAIS..........................................................................................30

2.6 - ASPECTOS HISTÓRICOS................................................................................31

2.6.1 - PÚBLICA........................................................................................................31

2.6.2 - PRIVADA........................................................................................................31

2.7 - REGULADORES DE INVESTIMENTO...........................................................32

2.7.1 - ESTRUTURAS SFN – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL....................32

2.7.2 - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL..........................................................33

2.7.2.1 - CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL – CMN......................................34

2.7.2.2 - CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP................34

2.7.2.3 - CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR CNPC..........................................................................................................................35

2.7.2.4 - BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB....................................................35

2.7.2.5 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM.................................36

2.7.2.6 - SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA – PREVIC......38

2.7.2.7 - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP..................38

3 - METODOLOGIA..................................................................................................38

4 – APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS..............................................................41

4.1 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..................................................................44

5 – RECOMENDAÇÕES...........................................................................................47

5.1 - VANTAGENS E DESVANTAGENS DA CADERNETA DE POUPANÇA...............................................................................................................49

5.2 - VANTAGENS E DESVANTAGENS DA MODALIDADE DE INVESTIMENTO EM CDB – CERTIFICADO DEPOSITO BANCÁRIO...............50

5.3 - VANTAGENS E DESVANTAGENS DO INVESTIMENTO EM TESOURO DIRETO......................................................................................................................51

5.4 - VANTAGENS E DESVANTAGENS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA NA MODALIDADE DE PGBL – PLANO GERADOR DE BENEFÍCIO LIVRE.........................................................................................................................52

5.5 - VANTAGENS E DESVANTAGENS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA NA MODALIDADE DE VGBL – PLANO VIDA GERADOR DE BENEFÍCIO LIVRE...................................................................................................53

6 - CONCLUSÃO.......................................................................................................54

7 - REFERÊNCIAS.....................................................................................................55

8 - ANEXOS...............................................................................................................60

### 1. Introdução

Diante da atual crise fiscal brasileira e a falta de certeza com o atual sistema de aposentadoria do país, a necessidade de um planejamento financeiro se torna cada vez mais importante na vida do cidadão brasileiro que busca um futuro seguro. Porém em uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais (ANBIMA, 2017) foi identificado que para apenas 22% da população brasileira tem o perfil e planejador, onde guardar dinheiro é um compromisso. Essas pessoas são consideradas organizadas e têm uma relação forte e sadia com o dinheiro.

Nos últimos anos, as políticas macroeconômicas do país estiveram voltadas para o estimulo ao consumo e a população brasileira tem direcionado cada vez menos parte da sua renda para a poupança. No Brasil, a poupança das famílias equivale a 4,5% do PIB.

Em paralelo a este cenário, segundo a Secretaria de Previdência o sistema previdenciário brasileiro vem apresentando déficits constantes e o tema reforma previdenciária tornou-se uma constante nos meios de comunicação e nos noticiários econômicos e políticos, revelando um futuro incerto sobre o sistema de previdência pública. Dessa forma, é fundamental que a população comece a destinar uma parcela em investimentos financeiros e garantir uma estabilidade futura, tendo em vista que estes não trazem uma sensação de bem-estar imediata.

Além disso, a partir da evolução da medicina, dos hábitos de práticas saudáveis a população brasileira está vivendo cada vez mais, exigindo assim uma fonte alternativa de renda que possa garantir uma boa qualidade de vida no período de aposentadoria.

Portanto é fundamental que os indivíduos passem a destinar parte da sua renda para investimentos e poupança, a fim de contribuir uma um futuro mais estável.

Existem diversas alternativas para poupar dinheiro e obter retorno com investimentos, que possa amenizar os efeitos da crise da previdência pública, dentre elas está a Previdência Complementar, poupança, CDB (certificado deposito bancário), que poderá no futuro proporcionar um melhor padrão de vida aos que buscam complementar sua renda com metas de longo prazo.

Para tanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o retorno de investimento de um cidadão e definir a melhor alternativa de investimento dentro dos parâmetros estabelecidos.

* 1. TEMA

Diante das questões centrais da situação econômica do país como a crise previdenciária, a falta de habito de investir e a longevidade na vida dos brasileiros, levanta-se como tema da pesquisa: “Análise comparativa de retornos sobre o investimento de longo prazo”.

* 1. PROBLEMA DE PESQUISA

Para que as pessoas possam garantir uma qualidade de vida futura, sem ter que contar com a expectativa de uma aposentadoria no sistema público, levanta-se como problema central da pesquisa: “Qual é a modalidade de investimento mais vantajoso sob o ponto de vista de retorno do capital investido”?

* 1. JUSTIFICATIVA

Devido à crise fiscal que se instaurou no país nos últimos anos, a perspectiva de que a população brasileira possa usufruir do sistema público de aposentadoria é cada vez menor.

Além disso, no país não existe o habito da educação financeira, o que leva as pessoas a não entenderem sobre as modalidades de investimento.

Outros fatores negativos são as políticas governamentais dos últimos anos estiveram focadas no estimulo ao consumo, o que prejudicou ainda mais o habito de poupar.

Por outro lado, a expectativa de vida da população está aumentando o que exige que as pessoas pensem em um plano alternativo de renda no período final da sua vida.

Diante desse cenário a população deve cada vez mais buscar alternativas para além de economizar fundos, aumentar seus investimentos, levando em conta que a previdência social enfrentar grandes dificuldades, o investimento em previdência complementar aberta se apresentou como uma melhor alternativa para se poupar e garantir uma reserva em longo prazo.

Portanto, o intuito da pesquisa será avaliar quais das alternativas de investimento se mostra mais viável do ponto de vista de retorno futuro, para que esta pesquisa possa servir de orientação para a população que não tem o conhecimento adequado de quais modalidades são mais atraentes.

Para tanto o planejamento financeiro deve ser a prioridade número um. A raiz da questão é a educação financeira. Falta uma cultura financeira por parte dos brasileiros e isso faz com que eles se peguem em armadilhas já que não possuem um planejamento prévio. (Maristela, 2016).

Pinheiro (2008) ressalta que o conceito de educação financeira se define como a habilidade de se fazer escolhas condizentes com a realidade ao administrar suas finanças pessoais durante a vida e que uma pessoa que utiliza os conceitos de educação financeira, quando devidamente instruídos, possuem margens de manobra para lidar com as questões financeiras cotidianas e esporádicas, além de compreender as consequências de decisões para a sua vida e a de sua família.

O Brasil é um dos poucos países que proporciona a população orientações sobre educação financeira com qualidade e sem interesse. A qual tem o objetivo de auxiliar as pessoas a compreenderem os conceitos sobre finanças. Logo, incentivará a sempre optar por uma reserva.

Segundo (Araujo e Calife – 2016) O assunto educação financeira ganhou bastante relevância nos últimos anos. Diversos agentes da sociedade, de empresas ao governo, têm investido no tema, cada um à sua forma. A despeito do interesse geral, pouco se fala a respeito dos motivos que alçaram o tema ao seu atual estágio. Olhando de forma retrospectiva, a história da educação financeira no Brasil parece ter trilhado o caminho oposto do que se poderia esperar, começou como sinônimo de dicas de investimento voltado para aqueles já prósperos para apenas recentemente se tornar um recurso efetivo de conquista da prosperidade.

* 1. OBJETIVOS

## Objetivo Geral

O objetivo dessa pesquisa é trazer conhecimento de investimento para leigos sobre o tema, e apresentar alternativas de investimentos de longo prazo e baixo risco para pessoas físicas.

## Objetivos Específicos

Para contextualizar e adicionar informações que possam embasar a pesquisa de forma a atingir o objetivo geral enumeram-se os seguintes objetivos específicos. Os investimentos analisados serão PGBL e VGBL, comparados com a Poupança, CDB (certificado deposito bancário), e Tesouro Direto.

1. Apresentar um levantamento teórico sobre PGBL;
2. Apresentar um levantamento teórico sobre VGBL;
3. Apresentar um levantamento teórico Poupança;
4. Apresentar um levantamento teórico sobre CDB;
5. Apresentar um levantamento teórico Tesouro Direto;
6. Apresentar uma comparação entre o resultado dos cálculos sobre o retorno financeiro.
   1. ESTRUTURA DO TRABALHO

A pesquisa foi estruturada em três capítulos, onde foi apresentado o retorno financeiro dos investimentos selecionados e seus prós e contra. Abordado também informações sobre educação financeira e esclarecimentos referentes ao consumismo no Brasil. Assim proporcionando uma gama maior ao entendimento referente as modalidades selecionadas. Para obter essas informações foram utilizados citações e exposições de diversos autores a respeito da importância de garantir segurança financeira para os trabalhadores. A metodologia foi embasada em artigos científicos de Antonio Joaquin Severino, SUSEP, PREVIC, BANCO CENTRAL e livros bibliográficos de escritores como: Danilo Martins e Alexandre Assaf Neto.

O estudo foi desenvolvido a fim de avaliar qual investimento de longo prazo, como alternativa de complemento de renda futuro se apresenta como a mais vantajosa e foi detalhada através de três capítulos.

O primeiro capítulo trata da parte introdutória do trabalho, que estabelece seu tema central, definindo-se o problema, o objetivo proposto, a justificativa de execução do mesmo e a estrutura da pesquisa.

O segundo capítulo apresenta o referencial bibliográfico que tem como objetivo apresentar e discutir os principais conceitos que envolvem essa pesquisa. O qual é de suma importância, pois é discutido o ponto de vista de diversos autores, assim como abordagens alternativas. Deixando a pesquisa mais precisa e coerente.

O terceiro capítulo aborda de forma quantitativa os cálculos com base nos dados levantados no Paraná Banco, para a modalidade de investimento CDB (Certificado Deposito Bancário). Logo, para Tesouro Direto, utilizou o Site da ANBIMA, onde foi extraído para utilizar na comparação uma NTN-B, com vencimento para 2045. E, para realização dos cálculos para Previdência complementar aberta para as opções PGBL e VGBL, foi utilizado como métricas, dados do mercado, pegando como meta a média do INPC acumulado dos últimos cinco anos e taxa de carregamento, baseado nas que a instituições financeiras utilizam hoje, para essa modalidade ainda, realizou se o cálculo extraindo o IR (imposto de renda), tanto para opção regressiva quanto a progressiva. Com o intuito de apresentar o retorno financeiro das modalidades de investimento pesquisado e comparar o retorno de capital investido entre esses investimentos selecionados.

No terceiro e último capítulo apresenta as vantagens e desvantagens de cada modalidade com o intuito de que o leitor ao ler essa pesquisa tenha um embasamento concreto sobre os riscos.

Por fim, a conclusão apresenta os pontos mais importantes apresentando ao longo da pesquisa, bem como uma síntese referente a análise comparativa de retornos sobre o investimento de longo prazo.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo aborda o conceito sobre as modalidades de investimentos no qual esta pesquisa consiste. Embasando por meio das ideias de outros autores. De acordo com Mello (2006), “a fundamentação teórica apresentada deve servir de base para a análise e interpretação dos dados coletados na fase final”.

2.1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Educação financeira tem por objetivo melhorar a compreensão sobre produto financeiro, obtendo orientações claras e competências do cidadão quanto a consumo, poupança e crédito. Com o objetivo de auxiliar na tomada de decisões, aplicando os recursos financeiros de forma correta.

Segundo Lucci, Zerrenner, Verrone, Santos (2016), o termo financeiro “aplica-se a uma vasta escala de atividades relacionadas ao dinheiro nas nossas vidas diárias, desde o controle do cheque até o gerenciamento de um cartão de crédito, desde a preparação de um orçamento mensal até a tomada de um empréstimo, compra de um seguro, ou um investimento.” Enquanto que, educação “implica o conhecimento de termos, práticas, direitos, normas sociais, e atitudes necessárias ao entendimento e funcionamento destas tarefas financeiras vitais. Isto também inclui o fato de ser capaz de ler e aplicar habilidades matemáticas básicas para fazer escolhas financeiras sábias.

Logo a educação financeira e de suma importância para o cidadão uma vez que ele está ligado diretamente em todos os setores. E com o embasamento de finanças. O Brasil é um dos únicos países que possui estratégia para educação financeira sem interesse comercial.

Segundo Lucci, Zerrenner, Verrone, Santos (2016) A importância da educação financeira pode ser vista sob diversas perspectivas: sob a perspectiva de bem-estar pessoal, jovens e adultos podem tomar decisões que comprometerão seu futuro; as consequências vão desde desorganização das contas domésticas até a inclusão do nome em sistemas como SPC/ SERASA (Serviço de Proteção ao Crédito), que prejudicam não só o consumo como, em muitos casos, na carreira profissional. Outra perspectiva, de consequências mais graves, é a do bem-estar da sociedade. Em casos extremos, pode culminar no sobre carregamento dos já precários sistemas públicos, ou ocasionando políticas públicas de correção; alguns exemplos seriam o aumento ou a mera existência de impostos e contribuições com a finalidade de, mediante programas compensatórios, equilibrar orçamentos deficientes de indivíduos não necessariamente pobres, ou ainda, o aumento da taxa básica de juros para conter consumo e diminuir taxa de inflação, bem como a dependência total de sistemas como SUS e INSS.

A OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico) propõe que Educação Financeira como:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros de maneira que com informação, formação e orientação claras possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda, adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar e, assim, tenham a possibilidade de contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.(OCDE, 2004).

Após pesquisa realizada pela OCDE em economias de países subdesenvolvidos, notou-se que as populações destes países tinham uma baixa sabedoria sobre conceitos financeiros, devido a vários fatores, onde o principal era a ausência de educação financeira por grande parte da população.

A partir da pesquisa realizada, foi avaliado que a falta da educação financeira levava à:

1. Maior endividamento dos consumidores;
2. Poupanças com um capital ínfimo;
3. Falta de análise de riscos, ocasionando instabilidade financeira; e
4. Ausência de credibilidade no mercado.

A OCDE também abordou os benefícios causados pela educação financeira, dentre eles, transmite aos indivíduos:

* + - 1. Maior confiança em entrar no mercado de investimentos;
      2. Melhoria da situação financeira do indivíduo;
      3. Melhor planejamento de receita para a aposentadoria;
      4. Queda no nível de endividamento; e
      5. Maior conhecimento para o desenvolvimento de pequenos empreendimentos próprios.

Pinheiro (2008) ressalta que o conceito de educação financeira se define como a habilidade de se fazer escolhas condizentes com a realidade ao administrar suas finanças pessoais durante a vida e que uma pessoa que utiliza os conceitos de educação financeira, quando devidamente instruídos, possuem margens de manobra para lidar com as questões financeiras cotidianas e esporádicas, além de compreender as consequências de decisões para a sua vida e a de sua família.

* 1. . EXPECTATIVA DE VIDA DAS PESSOAS NO BRASIL

A última tabela (para ambos os sexos) publicada pelo IBGE com dados amostrais de 2014, mostra que a expectativa de vida dos brasileiros tem média de 75,2 anos de idade, se compararmos com a tabela equivalente publicada pelo mesmo instituto, porém com dados amostrais de 2009 a expectativa de vida dos brasileiros gira em torno de 73,2 anos de idade.

Analisando os dados, podemos notar que ao longo de 5 anos a expectativa de vida do brasileiro teve um acréscimo de 2 anos, ou seja, um acréscimo de aproximadamente metade do período analisado, sendo assim a taxa de quase 2 anos a mais na expectativa de vida para cada ano do período.

Se analisarmos a projeção da expectativa de vida realizada pelo IBGE em 2013, para o ano de 2019, a expectativa de vida é 76,5 anos. Mesmo que a taxa de crescimento não tenha sido a mesma do último período analisado, a tendência é cada dia mais a expectativa de vida aumentar.

* 1. CONSUMO SEUS MOTIVOS E CONSEQUÊNCIAS

O Consumo é uma característica marcante dos brasileiros. Além de serem facilmente induzidos pelas novidades do mercado, costumam gastar por impulso, sem se programarem para as compras. Segundo especialistas, a falta de planejamento é decorrente também do baixo nível de educação financeira, fator agravante para comportamentos de consumo compulsivo.

E preciso ter mais consciência de seus gastos. Essa noção tem aumentado devido aos problemas financeiros gerados pela crise brasileira. “Este é o momento propício para começar a inserir na cabeça do consumidor ideias de organização financeira e maneiras de investir dinheiro. O brasileiro está fragilizado devido à dificuldade de pagar as contas e, por isso, mais disponíveis para adquirir hábitos financeiros que facilitem investimentos.

O grande desafio é conhecer as alternativas disponíveis para cada perfil de investidor. “É preciso se movimentar, criar grupos em redes sociais para debater os melhores tipos de aplicação e começar a viver mais essa ideia. Hoje é possível investir com muito pouco”, afirma. O educador financeiro Reinaldo Domingos concorda, e acredita que estamos no momento ideal para começar a poupar e esquecer o consumo em excesso.

Devido ao aumento de poder de compra. O Consumismo foi negativo para a poupança.

Quando falamos em consumo concomitantemente a poupança está relacionado, tendo em vista que, um é o oposto do outro quando falamos em comportamento do consumidor e/ou investidor.

Segundo, [Economia – "o outro lado da moeda"](https://luisantoniolicks.wordpress.com/) (2017), O ciclo de consumo e poupança depende da expectativa de renda futura das famílias. Essa teoria rendeu o prêmio Nobel de Economia em 1968. Em resumo, foi constatado que enquanto as pessoas são jovens e estão no início de sua carreira profissional, elas ganham pouco. Nesse momento da vida, elas têm duas opções: 1) poupar; ou 2) fazer financiamentos (endividar-se). Para resolver esse dilema, tendem a projetar como estará a sua renda futura, e o ambiente econômico a sua volta.

Já as pessoas de meia-idade, quando obtêm relativo sucesso em sua situação profissional, pagam as dívidas contraídas no passado, e poupam para quando estiverem idosos e com uma renda salarial menor. E os idosos, por sua vez, tendem a viver dos valores que conseguiram poupar durante a vida.

Como se vê, há um grande componente psicológico na tomada de decisão sobre poupar ou endividar-se. Quando se imagina que o futuro será melhor do que realmente é, as pessoas e famílias não conseguem quitar as suas dívidas, e aí surge a inadimplência e a impossibilidade de poupar.

No Brasil, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), desde fevereiro está aumentando o percentual de famílias com dívidas em atraso (23% em abril subindo para 23,6% em maio). E o percentual de famílias sem ter condições de pagar suas dívidas subiu de 6,9% em abril para 7,8% em maio. (Economia, 2017).

Por que será que chegaram nessa situação difícil? Talvez porque seguiram as “previsões oficiais” dizendo que a economia do país “vai muito bem” (mesmo que estejamos vivendo uma recessão industrial, com desempenho negativo em 0,2% em abril em relação a março). No final de 2011, o resultado da economia nacional foi cerca da metade do quanto “previsto” pelo Governo. A ideia que foi passada era de que a crise era no exterior.

Agora a realidade brasileira dói no bolso, e por isso a população está evitando tomar empréstimos financeiros para consumir, eis que sequer está conseguindo pagar suas dívidas. Mas o pior desse contexto socioeconômico atual é a política econômica brasileira de atrelar o rendimento da Poupança para muito menos do que a SELIC, pois além de não estar conseguindo “aquecer a economia”, está acabando com a dignidade de se poder viver daquilo que se poupou durante a vida. Atualmente há quem projete e deseje a SELIC em 7% e até mesmo em 6% ao ano (o que representa um rendimento de 0,35% para a Caderneta de Poupança, enquanto a inflação está acelerando: de 0,85% em abril para 1,02% em maio, conforme IGP-M). (Economia, 2017).

Segundo Modigliani (2017), começamos por considerar a versão simples do modelo do ciclo da vida sem incertezas, onde uma única mudança na renda se dá quando o consumidor se retira do mercado de trabalho, e onde o consumo é constante ao longo da vida.

A renda do trabalho é uma constante por todos L (= 40) os anos de vida profissional ativa, e então cai para zero durante os R (= 10) anos de aposentadoria. A taxa real de juros é zero, portanto o consumo é constante em L/ (L + R) por período, cerca de 80 % da renda periódica da vida útil. Ativos acumulam em R/ (R + L) (= 20%) da renda por período, atingindo um máximo de RL/ (R + L) (= 8) vezes da renda imediatamente antes da aposentadoria. Do começo ao fim da vida, a razão média entre ativos e renda do trabalho é 0,5R (L/ (R + L) (= 4), o primeiro de muitos números oriundos deste modelo simples que se ajustam próximos à realidade.

O modelo simplificado (stripped-down) prevê que tanto o crescimento demográfico como crescimento produtivo vão gerar poupança, e que sem nenhum dos dois não haverá poupança líquida na economia como um todo. Poupança é feita por pessoas jovens, e a despoupança por pessoas idosas. Se a população é estacionária, e se renda dos jovens for a mesma que a dos idosos (i.e., renda estacionária), poupança e despoupança são iguais e opostas. Já no caso de crescimento positivo, os mais jovens são mais ricos que foram seus pais na mesma fase da vida, sua poupança atinge numa escala maior do que foram a de seus pais, e o fluxo de poupança agregada líquido é positivo. Quanto mais rápido o crescimento, mais alta seria a taxa de poupança. O crescimento populacional funciona exatamente da mesma maneira; se existir mais pessoas jovens do que idosas, o influxo de poupança ultrapassa a despoupança na sociedade como um todo. (MODIGLIANI, 2017).

Segundo Modigliani (2017), se as taxas de crescimento da população e produtividade são constantes, e se a taxa real de juros é zero, o modelo simplificado (stripped-down) gera uma fórmula simples para a relação entre taxas de poupança e crescimento. Suponha que a população está crescendo a uma taxa n, e a produtividade a uma taxa g, então a renda nacional está crescendo a taxa n+ g. Existem consumidores nascidos no tempo t, e cada um possui uma renda constante de y0e ao longo da vida, então o crescimento produtivo toma lugar entre grupos, mas não durante o tempo de vida de cada indivíduo.

* 1. MODALIDADES DE INVESTIMENTOS PARA PESSOA FÍSICA

Investimento para pessoa física é uma das alternativas para aumentar a renda familiar. Porém, muitas pessoas não estão cientes de como fazê-los ou até possuem conhecimento prévio, mas não sabem a forma de aperfeiçoar seus ganhos. Tendo em vista que, para investir se faz necessário aplicar recursos com a expectativa em receber algum retorno positivo no futuro.

Segundo Bodie, Kane e Marcus (2014) Investimento é o comprometimento de dinheiro ou de outros recursos no presente com a expectativa de colher benefícios futuros. Por exemplo, uma pessoa pode adquirir uma cota de ações prevendo que os futuros resultados monetários dessas ações justificarão tanto o tempo durante o qual seu dinheiro ficou retido quanto o risco do investimento. Você está abrindo mão do lazer ou de rendimentos que poderia obter no trabalho com a expectativa de que sua carreira futura seja suficientemente aperfeiçoada para justificar esse comprometimento de tempo e esforço.

O hábito de investir conduz à ampliação da riqueza e do patrimônio pessoal. Há várias formas de investimentos disponíveis no mercado, mas é preciso conhecê-las para identificar uma solução de investimento que permita o crescimento do seu patrimônio, com soluções para curto, médio e longos prazos e, principalmente, alinhada aos seus objetivos pessoais e familiares. (ENEF, 2016).

Cada vez mais os mercados financeiros e de capitais têm desenvolvido novos produtos, muitos deles complexos e de mais risco, exigindo que o investidor esteja adequadamente informado de suas características e preparado para compreender riscos e oportunidades. (ENEF, 2016).

Para investir se faz necessário ter um embasamento sobre a economia. E, por qual motivo pretende investir. Ou seja, ter um horizonte para saber qual melhor opção de investimento. Exemplos duas pessoas distintas recebem uma herança, porém uma pretende investir até que esse montante obtenha um valor razoável para comprar um imóvel, já o outro quer investir para que esse valor seja rentabilizado sem objeção de resgatá-lo no médio prazo. Sendo assim as modalidades de investimentos e prazo serão diferenciadas, o qual concomitantemente se relaciona com a educação financeira.

Inserida nesse contexto, a educação financeira promove a conscientização dos investidores, oferecendo conjunto amplo de informações sobre os mais variados tipos de investimentos disponíveis no mercado, seus custos e riscos, além de abordar os seus direitos do cidadão ao investir. Investidores bem informados e orientados também podem identificar facilmente ofertas de investimentos irregulares e ilícitas, reportando-as aos órgãos competentes. Atualmente, a maioria dos investimentos disponíveis no mercado está submetida à supervisão do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). (ENEF, 2016).

* + 1. Caderneta de Poupança e suas Aplicações

O investimento mais difundido e utilizado no Brasil, a poupança, é uma forma de investir o capital, pela facilidade de compreensão e burocracia facilitada, porém não se trata da mais efetiva quando analisamos o retorno do capital investido. Logo, poupar na caderneta de poupança é uma das maneiras seguras em ter uma reserva para situações de necessidade.

Segundo Caixa (2017) Poupança é uma das aplicações financeiras mais tradicionais do mercado. Os recursos guardados na Poupança Caixa​ são remunerados a uma taxa de juros de 0,5% ao mês, aplicada sobre os valores atualizados pela Taxa Referencial (TR). Os rendimentos são creditados mensalmente, a cada dia-limite, e não é descontado Imposto de Renda.

A poupança é vital para que exista um futuro melhor. É ela que deve ser estimulada, e não o consumismo, o endividamento, o crédito subsidiado ou o controle de preços. MISES BRASIL (2017)

Poupar sempre é bom. Se o fazemos, isso significa que somos mais pacientes e, consequentemente, podemos gerar processos de produção mais completos, de maior duração, e com mais etapas intermediárias. Todas criações foram possíveis porque alguém, em algum momento, decidiu poupar, e esta poupança foi direcionada para o investimento.

O hábito de poupar pode trazer benefícios para sua vida. Uma poupança é a parte da sua receita mensal que por não ser consumida, pode ser guardada com o objetivo de utilizá-la no futuro, para realização de sonhos ou ainda para uso em algum imprevisto. (ENEF, 2016)

Investimento mais simplificado e popular do país é a caderneta de poupança, bastante utilizada por pessoas físicas com o objetivo de reservar parte de seus recursos sem correr riscos de mercado. O Banco Central é quem define a remuneração, que será sempre igual para todas as instituições financeiras, tais como bancos com carteira de crédito imobiliário, caixa econômica, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo. (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2016).

2.4.1.1. Remuneração Dos Depósitos De Poupança

De acordo com a legislação atual, a remuneração dos depósitos de poupança é composta de duas parcelas:

1. a remuneração básica, dada pela Taxa Referencial - TR, e
2. a remuneração adicional, correspondente a:
3. 0,5% ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for superior a 8,5%; ou
4. 70% da meta da taxa Selic ao ano, mensal, vigente na data de início do período de rendimento, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for igual ou inferior a 8,5%.

A remuneração dos depósitos de poupança é calculada sobre o menor saldo de cada período de rendimento. O período de rendimento é o mês corrido, a partir da data de aniversário da conta de depósito de poupança, para os depósitos de pessoas físicas e de entidades sem fins lucrativos. Para os demais depósitos, o período de rendimento é o trimestre corrido, também contado a partir da data de aniversário da conta.

A data de aniversário da conta de depósito de poupança é o dia do mês de sua abertura. Considera-se a data de aniversário das contas abertas nos dias 29, 30 e 31 como o dia 1° do mês seguinte.

A remuneração dos depósitos de poupança é creditada ao final de cada período de rendimento, ou seja:

* Mensalmente, na data de aniversário da conta, para os depósitos de pessoa física e de entidades sem fins lucrativos; e
* Trimestralmente, na data de aniversário no último mês do trimestre, para os demais depósitos.
  + 1. Tesouro Direto

O Tesouro Direto é um Programa do Tesouro Nacional desenvolvido em parceria com a BMF&F Bovespa para venda de títulos públicos federais para pessoas físicas, por meio da internet. Tesouro Direto (2017)

Concebido em 2002, esse Programa surgiu com o objetivo de democratizar o acesso aos títulos públicos, ao permitir aplicações com apenas R$ 30,00. Antes do Tesouro Direto, o investimento em títulos públicos por pessoas físicas era possível somente indiretamente, por meio de fundos de renda fixa que, por cobrarem elevadas taxas de administração, especialmente em aplicações de baixo valor, reduziam a atratividade desse tipo de investimento. Tesouro Direto (2017)

Segundo Andre Proite (2017), podem comprar títulos no Tesouro Direto todos os residentes no Brasil que possuam Cadastro de Pessoa Física (CPF), contam corrente em algum banco ou corretora e sejam cadastrados em alguma das quase 70 instituições financeiras habilitadas a operar no programa. Essas instituições financeiras são chamadas de agentes de custódia, credenciados na Bolsa de Valores, a BM&FBovespa, e responsáveis pela atualização cadastral, pelo recolhimento de impostos e pelo repasse dos recursos dos/aos investidores, quando da compra, do pagamento de juros ou do resgate do principal do título. São elegíveis como agentes de custódia as corretoras de valores, os bancos comerciais, múltiplos ou de investimento e as distribuidoras de valores. Uma lista de instituições habilitadas está permanentemente disponível no site, e recentemente uma ordenação por volume de operações e pelas taxas cobradas. Sucintamente, o papel dos agentes de custódia é simplesmente operacionalizar as decisões de compra e venda dos investidores e fazer o contato direto com estes, dado que o Tesouro Nacional é impedido de lidar com pessoas físicas.

* + 1. Certificado de Deposito Bancário – Renda Fixa

Um dos investimentos mais populares do mercado, para os que fazem uma busca prévia das demais opções de investimentos, com mais alternativas para o investidor, para os bancos, trata-se de um importante instrumento para a captação de recursos.

Segundo Ferreira (2015) os depósitos a prazo, representados pelos CDB, são títulos privados financeiros de rendimento em suas modalidades pré e pós-fixadas, com fluxo de pagamento simples, isto é, o poupador faz a aplicação ou depósito e recebe o rendimento apenas uma vez, na data de resgate do título, junto com o valor do principal. Significando dizer que, neste tipo de aplicação, não há pagamento de juros periódicos ou cupons.

Sendo assim o CDB, funciona como um empréstimo que se faz para uma instituição financeira e no término recebe uma remuneração acrescida de juros em troca. E possui garantia pelo FGC (Fundo garantidor de recursos), o qual se limita a aplicações de até RS 250.000,00 por CPF. Ou seja, caso a instituição financeira onde aplicou em CDB venha a quebrar, possui uma garantia.

O prazo para o resgate é definido pelo banco, mas o investidor pode retirar antes a sua rentabilidade sem prejuízos, se respeitar o prazo mínimo de aplicação, que varia de um dia a um ano, dependendo da remuneração desejada. (BRASIL, PORTAL, 2016).

O Certificado de Depósito Bancário é uma aplicação de renda fixa com rentabilidade atrelada ao CDI, taxa pela qual os bancos fazem empréstimos entre si. Pode ser prefixado (remuneração conhecida já na compra do papel) ou pós-fixado, quando acompanha a variação do CDI. Tem cobertura do FGC de até 250 000 reais por CPF e por instituição financeira e cobrança de IR com alíquotas que vão de 22,5% (para aplicações de até seis meses) a 15% (para prazos de dois anos ou mais). (MARTINS, DANILO, 2015).

As taxas de rentabilidade podem ser pré-fixadas, pós-fixadas, flutuantes ou ter mais de uma base para remuneração, desde que o cliente obtenha a mais vantajosa: (BRASIL, PORTAL, 2016).

1. Títulos pré-fixados – O investidor já sabe na hora da aplicação quanto vai receber em juros.
2. Títulos pós-fixados – A remuneração é definida depois do vencimento do título.
3. Taxas flutuantes – Estão ligadas a um percentual de variação de um índice, normalmente o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), mas também pode ser TR, TJLP ou inflação.

Segundo Portal Brasil (2016), No CDB há incidência do Imposto de Renda, de acordo com o tempo investido, pago no resgate da aplicação. Não há taxa de administração. Se o valor ficar aplicado por menos de 30 dias, será cobrado o Imposto sobre Operação Financeira (IOF).

Características:

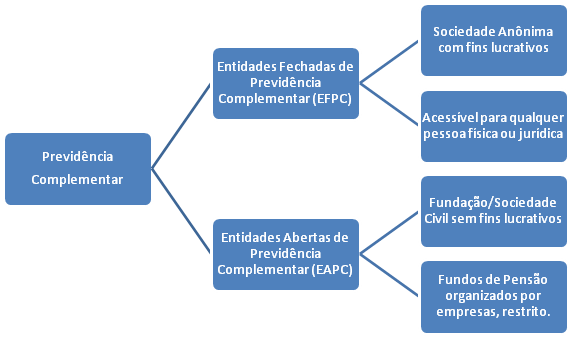
1. Liquidez diária após o período de carência;
2. Ampla rede de bancos emissores;
3. Geralmente é indexado ao DI e emitido com prazo em torno de dois anos;
4. Aplicação garantida pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para valores até R$ 250 mil\*, por CPF ou CNPJ, por instituição ou conglomerado financeiro;
5. Produto registrado na CETIP em nome do cliente (CPF/CNPJ).
   * 1. Previdência Complementar

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, existem três tipos de previdência, sendo apenas o regime complementar optativo. O regime da previdência complementar abrange a previdência privada e a pública, sendo a Previdência Privada nosso foco neste tópico.

Segundo o Art. 202 da Constituição: Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Ou seja, é um regime com caráter facultativo e independente das formas obrigatórias, onde é possível optar pelo formato aberto ou fechado. O Regime de Previdência Complementar, RPC, tem por objetivo ajudar quem trabalha a ter mais segurança, proporcionando um planejamento e proteção previdenciária, assim o trabalhador consegue obter boas condições financeiras no futuro.

FIGURA 1 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL



**FONTE: Superintendência Nacional Da Previdência Complementar e BRASILPREV**

* + - 1. Previdência Privada Aberta

No plano de Previdência Privada Aberta a pessoa física ou jurídica interessada consegue fazer de maneira individual, sendo administrado e oferecido normalmente por seguradoras, bancos e instituições financeiras. Segundo o Art. 36 da Lei Complementar nº 109/01: As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

Ou seja, qualquer pessoa pode ingressar nesse regime, independentemente de sua idade ou emprego. Ainda de acordo com a Lei complementar 109/01, art. 39, as entidades devem se comunicar com o órgão fiscalizador, que é: SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).

Os principais tipos de plano de previdência aberta são o Plano Vida Gerador de Benefício Livre, mais conhecido como VGBL e o Plano Gerador de Benefício Livre, ou PGBL, sendo o mais comercializado. Todos os planos visam pagamento do benefício no fim do período.

* + - 1. Plano gerador de benefício livre – PGBL

Para o contribuinte que faz a declaração completa do Imposto de Renda, o mais indicado é o PGBL, pois através dele é possível deduzir da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta anual tributável. É um plano indicado pelos especialistas para quem possui patrimônio de classe média para alta e não há garantia que haja uma remuneração no período de acumulação, segundo matéria no site “InfoMoney”. Quando o investidor for resgatar o recurso acumulado, terá cobrança do IR em cima do valor recebido. Para acontecer a dedução, segundo o site “Brasil Prev”, é necessário que o titular do plano esteja contribuindo (ou aposentado) do INSS ou outra previdência oficial.

* + - 1. Plano vida gerador de benefício livre - VGBL

Já o VGBL é enquadrado como seguro de pessoas com cobertura por sobrevivência, indicado para o investidor que faz declaração simplificada do IR, é isento ou também investe no PGBL. Não é permitido descontar o valor que foi investido na declaração, pois o Imposto de Renda irá incidir sobre os rendimentos do plano, quando for receber o recurso acumulado.

Os dois planos são similares, a grande diferença entre eles é o regime tributário e o VGBL ser considerado seguro de vida, porém os dois são planos de acumulação. Tendo isso em vista, o investidor faz uma espécie de poupança, esperando ao fim receber o valor acumulado ou parcelado.

Previdência Privada Fechada

Diferente da Previdência Privada Aberta, a Fechada é restrita a certo grupo, que deve ser uma sociedade civil ou entidade, como a imagem mostrada acima, tendo seu patrimônio formado através de contribuições de participantes. Também conhecida como fundos de pensão, algumas empresas escolhem essa modalidade voltada para seus funcionários, portanto é exclusivo e não comercializado, não possuindo fins lucrativos.

Benefício Definido:A fim de ter a garantia do benefício, o valor que o trabalhador contribui altera com o tempo. Quando chega a hora de se aposentar o cálculo é feito baseado no contrato previdenciário.

Contribuição Definida: A Contribuição definida, como o próprio nome sugere, são poupanças onde o valor é definido e a empresa deposita individualmente pelo trabalhador, portanto ele depende do valor que será depositado,

Contribuição Variável: A Contribuição Variável é uma forma híbrida do benefício e da contribuição definida. Segundo o Previc, as características dessa modalidade estão no regulamento dos panos e nos estatutos das próprias entidades.

* 1. ASPECTOS LEGAIS

A previdência complementar aberta é fiscalizada e controlada pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) e segundo a própria SUSEP foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que: dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, sendo uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO II

Do Sistema Nacional De Seguros Privados

Art 7º Compete privativamente ao Governo Federal formular a política de seguros privados, legislar sobre suas normas gerais e fiscalizar as operações no mercado nacional;

Art 7º Compete privativamente ao Governo Federal formular a política de seguros privados, legislar sobre suas normas gerais e fiscalizar as operações no mercado nacional;

Art 8º Fica instituído o Sistema Nacional de Seguros Privados, regulado pelo presente Decreto-lei e constituído:

1. Do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP;
2. Da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;
3. Do Instituto de Resseguros ao Brasil - IRB;
4. Dos resseguradores; [(Redação dada pela Lei Complementar nº 126, de 2007)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp126.htm#art27)
5. Das Sociedades autorizadas a operar em seguros privados;
6. Dos corretores habilitados.

Já a previdência complementar fechada, segundo o Previc, é regulada pelo CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar), fiscalizado pela própria Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) e julgado pela Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC. A legislação que regulamenta é a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio 2001 e a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, referente as entidades de previdência complementar como um todo.

* 1. ASPECTOS HISTÓRICOS

Tem por objetivo apresentar ao leitor, o porquê do surgimento da previdência social e complementar. E quando foi instaurado no mercado.

* + 1. Pública

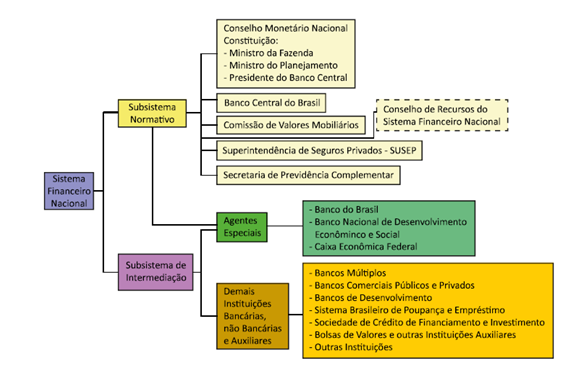
A primeira nota que se tem a respeito da previdência no Brasil é de 1923, pela Lei Elói Chaves, que tinha como objetivo criar uma reserva para os trabalhadores das empresas ferroviárias do Brasil. Em 1966 vários “Institutos de Aposentadoria e Pensões” abriram e deram início ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

* + 1. Privada

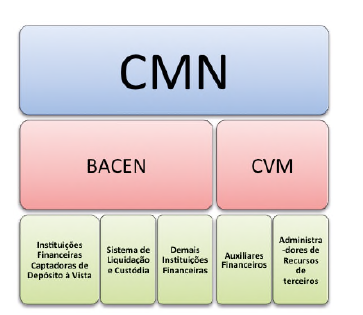
Segundo Pinheiro (2008) a previdência complementar surgiu no país com a lei nº. 6.435, de 1977, de acordo com a experiência do ERISA (Employee Retirement Income Security Act), na necessidade de regulamentação dos montepios, da canalização da poupança previdenciária ao desenvolvimento do mercado de capitais no país a partir do 2º Programa Nacional de Desenvolvimento e no funcionamento de algumas entidades de previdência privada ligadas ao setor estatal. Segundo o BrasilPrev apenas em 1940 o Banco do Brasil instituiu a complementação da aposentadoria, mas só em 1977 a previdência privada foi regulamentada através da Lei nº 6.435 e após isso revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

## REGULADORES DE INVESTIMENTO

## 2.7.1 ESTRUTURAS SFN - Sistema Financeiro Nacional

FIGURA 2 - ORGANOGRAMA SFN 

**FONTE: CEA - Certificação Especialista em Investimento ANBIMA**

FIGURA 3 – FIGURA ORGANOGRAMA REGULADORES DE INVESTIMENTO

**FONTE: CEA - Certificação Especialista em Investimento ANBIMA**

## 2.7.2 Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional – SFN - pode ser subdivido em entidades normativas, supervisoras e operacionais.

As entidades normativas são responsáveis pela definição das políticas e diretrizes gerais do sistema financeiro, sem função executiva. Em geral, são entidades colegiadas, com atribuições específicas e utilizam-se de estruturas técnicas de apoio para a tomada das decisões. Atualmente, no Brasil funcionam como entidades normativas o Conselho Monetário Nacional – CMN, o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

As entidades supervisoras, por outro lado, assumem diversas funções executivas, como a fiscalização das instituições sob sua responsabilidade, assim como funções normativas, com o intuito de regulamentar as decisões tomadas pelas entidades normativas ou atribuições outorgadas a elas diretamente pela Lei. O Banco Central do Brasil – BCB, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC são as entidades supervisoras do nosso Sistema Financeiro.

Além destas, há as entidades operadoras, que são todas as demais instituições financeiras, monetárias ou não, oficiais ou não, como também demais instituições auxiliares, responsáveis, entre outras atribuições, pelas intermediações de recursos entre poupadores e tomadores ou pela prestação de serviços. Abaixo, breve relação dessas instituições, com descrição das principais atribuições de algumas delas.

2.7.2.1 [Conselho Monetário Nacional - CMN](http://www.fazenda.gov.br/portugues/orgaos/cmn/cmn.asp)

É o órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional. O CMN não desempenha função executiva, apenas tem funções normativas. Atualmente, o CMN é composto por três membros:

1. Ministro da Fazenda (Presidente);
2. Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão; e
3. Presidente do Banco Central.

Trabalhando em conjunto com o CMN funciona a Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (Comoc), que tem como atribuições o assessoramento técnico na formulação da política da moeda e do crédito do País. As matérias aprovadas são regulamentadas por meio de Resoluções, normativos de caráter público, sempre divulgadas no Diário Oficial da União e na página de normativos do Banco Central do Brasil.

2.7.2.2 [Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP](http://www.fazenda.gov.br/portugues/orgaos/cnsp/cnsp.asp)

O CNSP desempenha, entre outras, as atribuições de fixar às diretrizes e normas da política de seguros privados, regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades Abertas de Previdência Privada, Resseguradores e Corretores de Seguros.

2.7.2.3 [Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC](http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=41)

O CNPC tem a função de regular o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão).

2.7.2.4 [Banco Central do Brasil - BCB](http://www.bcb.gov.br/)

O Banco Central do Brasil foi criado em 1964 com a promulgação da Lei da Reforma Bancária (Lei nº 4.595 de 31.12.64).

Sua sede é em Brasília e possui representações regionais em Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.   
 É uma autarquia federal que tem como principal missão institucional assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda nacional e um sistema financeiro sólido e eficiente.

A partir da Constituição de 1988, a emissão de moeda ficou a cargo exclusivo do BCB.

O presidente do BCB e os seus diretores são nomeados pelo Presidente da República após a aprovação prévia do Senado Federal, que é feita por uma arguição pública e posterior votação secreta.

Entre as várias competências do BCB destacam-se:

1. Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda nacional e da solidez do Sistema Financeiro Nacional;
2. Executar a política monetária mediante utilização de títulos do Tesouro Nacional;
3. Fixar a taxa de referência para as operações compromissadas de um dia, conhecida como taxa SELIC;
4. Controlar as operações de crédito das instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional;
5. Formular, executar e acompanhar a política cambial e de relações financeiras com o exterior;
6. Fiscalizar as instituições financeiras e as “clearings” (câmaras de compensação);
7. Emitir papel-moeda;
8. Executar os serviços do meio circulante para atender à demanda de dinheiro necessária às atividades econômicas;
9. Manter o nível de preços (inflação) sob controle;
10. Manter sob controle a expansão da moeda e do crédito e a taxa de juros;
11. Operar no mercado aberto, de recolhimento compulsório e de redesconto;
12. Executar o sistema de metas para a inflação;
13. Divulgar as decisões do Conselho Monetário Nacional;
14. Manter ativos de ouro e de moedas estrangeiras para atuação nos mercados de câmbio;
15. Administrar as reservas internacionais brasileiras;
16. Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras nacionais;
17. Conceder autorização para o funcionamento das instituições financeiras.

2.7.2.5 [Comissão de Valores Mobiliários - CVM](http://www.cvm.gov.br)

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi criada em 07 de dezembro de 1976 pela Lei 6.385 para fiscalizar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil.

A Comissão de Valores Mobiliários é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, porém sem subordinação hierárquica.

Com o objetivo de reforçar sua autonomia e seu poder fiscalizador, o governo federal editou, em 31.10.01, a Medida Provisória nº 8 (convertida na Lei 10.411 de 26.02.02), pela qual a CVM passa a ser uma "entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, dotado de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária" (art. 5º).

É administrada por um Presidente e quatro Diretores nomeados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal. Eles formam o chamado "colegiado" da CVM. Seus integrantes têm mandato de 5 anos e só perdem seus mandatos "em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar" (art. 6º § 2º). O Colegiado define as políticas e estabelece as práticas a serem implantadas e desenvolvidas pelas Superintendências, as instâncias executivas da CVM.

Sua sede é localizada na cidade do Rio de Janeiro com Superintendências Regionais nas cidades de São Paulo e Brasília.

Essas são algumas de suas atribuições:

1. Estimular a formação de poupança e a sua aplicação em valores mobiliários;
2. Assegurar e fiscalizar o funcionamento eficiente das bolsas de valores, do mercado de balcão e das bolsas de mercadorias e futuros;
3. Proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra emissões irregulares de valores mobiliários e contra atos ilegais de administradores de companhias abertas ou de carteira de valores mobiliários;
4. Evitar ou coibir modalidades de fraude ou de manipulação que criem condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado;
5. Assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários negociados e sobre as companhias que os tenham emitido;
6. Assegurar o cumprimento de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários;
7. Assegurar o cumprimento, no mercado, das condições de utilização de crédito fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.
8. Realizar atividades de credenciamento e fiscalização de auditores independentes, administradores de carteiras de valores mobiliários, agentes autônomos, entre outros;
9. Fiscalizar e inspecionar as companhias abertas e os fundos de investimento;
10. Apurar, mediante inquérito administrativo, atos ilegais e práticas não-equitativas de administradores de companhias abertas e de quaisquer participantes do mercado de valores mobiliários, aplicando as penalidades previstas em lei;
11. Fiscalizar e disciplinar as atividades dos auditores independentes, consultores e analistas de valores mobiliários.
    * + 1. Superintendência Nacional de Previdência - PREVIC

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social, instituída em 2009 como entidade governamental autônoma com a missão de fiscalizar e supervisionar entidades fechadas de previdência complementar, além de executar políticas para o regime de previdência complementar.

* + - 1. Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída em 1966 com a finalidade de controlar e fiscalizar a previdência privada aberta, os mercados de seguro, capitalização e resseguro.

1. **METODOLOGIA**

Metodologia é o conjunto de regras a serem seguidas a fim de elaborar uma pesquisa. Segundo Oliveira (2004) a metodologia “estuda os meios ou métodos de investigação do pensamento correto e do verdadeiro que visa delimitar um determinado problema, analisar e desenvolver observações, criticá-los e interpretá-los a partir das relações de causa e efeito[...].”

O método de pesquisa utilizado será o quantitativo, apoiando-se em análise de documentos e levantamento de dados. Ou seja, foi desenvolvida com base em material já elaborado, livros e artigos científicos, visando ter uma cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia se fosse pesquisar diretamente.

Para a realização do comparativo de retornos, será simulado um investimento realizado por trinta anos, o qual terá um investimento mensal de R$ 300,00, dentre as modalidades acima citadas, a partir de taxas de retorno históricas no mercado.

O estudo de avaliação de investimentos se refere basicamente às decisões de aplicações de capital em projetos que prometem retornos por vários períodos consecutivos. Será usando como comparativo do retorno dos investimentos a calculadora cidadão, fornecida pelo Banco Central em seu site, a qual ampliara o embasamento para esse levantamento, esses resultados serão passados para planilhas de Excel podendo assim facilitar a visualização na hora de fazer um comparativo de qual o investimento mais vantajoso.

A Calculadora do Cidadão simula operações do cotidiano financeiro a partir de informações fornecidas pelo usuário. O cálculo foi considerado apenas como referência para as situações reais e não como valores oficiais. Logo, o autor realizou cálculos manualmente com o apoio do programa Excel. Foram extraídas informações do mercado, bem como, site Anbima, Portal Brasil, Paraná banco, para que fosse possível a comparação dos retornos quando comparado com a calculadora do cidadão.

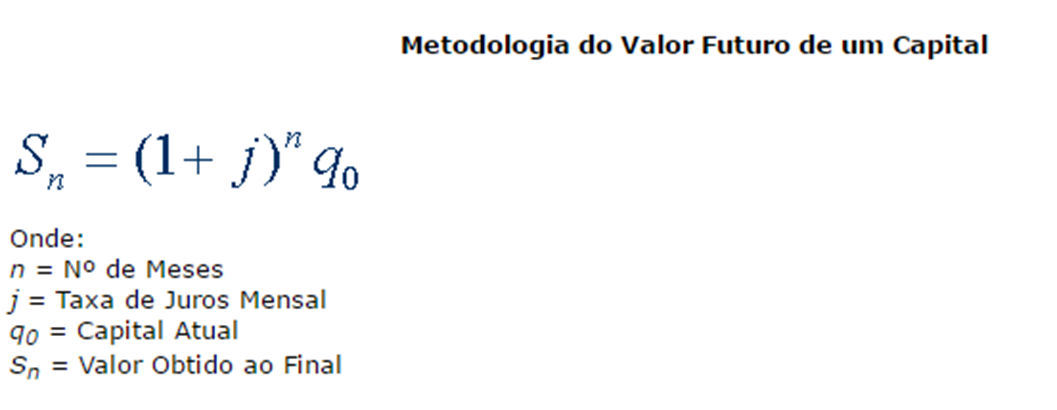
Salienta-se que, ao realizar os cálculos para as modalidades de investimento CDB e Tesouro Direto, utilizando à calculadora foi levantada somente uma aplicação para trinta anos, logo, os cálculos realizando manualmente possuem uma precisão maior, onde foi realizando trezentos e senta cálculos.

São definidos a seguir os métodos quantitativos para a análise dos investimentos utilizados.

Valor Futuro de um capital:

Reflete a memória dos cálculos em valores absolutos para as modalidades de investimentos: PGBL, VGBL, CDB e Tesouro Direto extraídos pela calculadora cidadão, isto é:

**FIGURA 4 –Valor Futuro de um capital**

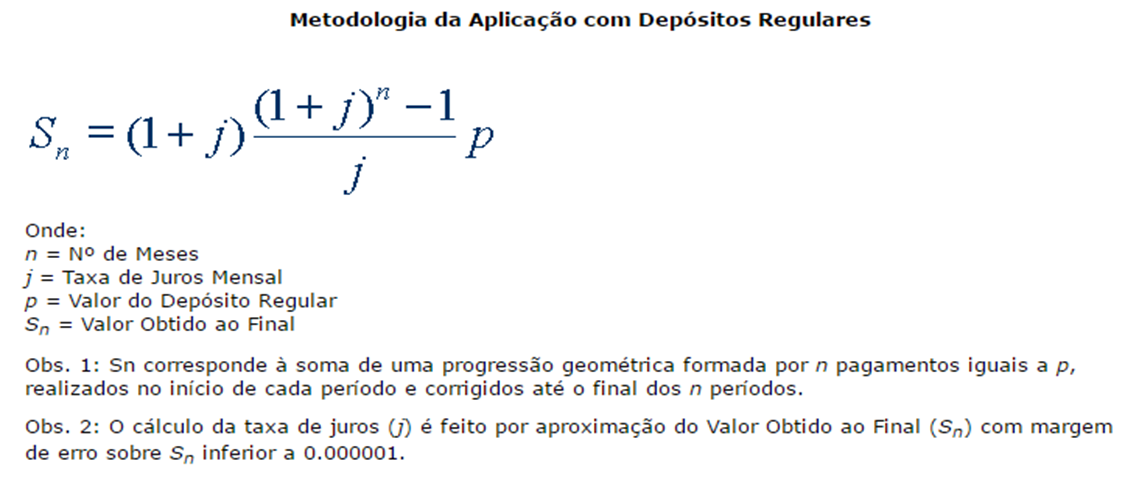


**FONTE: Banco Central do Brasil – 2018**

Depósitos Regulares:

Reflete a memória do cálculo em valor absoluto referente a poupança, extraídos pela calculadora cidadão, isto é:

**FIGURA 5 – Depositos Regulares**

****

**FONTE: Banco Central do Brasil – 2018**

**4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

O processo de avaliação sobre o retorno financeiro demanda uma série de informações financeiras, enunciadas segundo diversos critérios. Da mesma forma, diferentes estados de mercado e da economia interferem nos critérios de análise de investimentos.

As informações mínimas necessárias são descritas, em seus aspectos essenciais, a seguir é apresentado o retorno financeiro obtido pela calculadora do cidadão e resumo dos cálculos realizados manualmente dos seguintes investimentos: PGBL, VGBL, CDB, Tesouro direto e Caderneta de Poupança. Vale ressaltar que, nos anexos possuem as memorias dos cálculos realizado com o apoio do programa Excel.

**FIGURA 6 –Valor Futuro PGBL**



**FONTE: Banco Central do Brasil – 2018**

A imagem acima apresenta o retorno de cálculo referente ao PGBL (Plano Gerador Benefício Livre), onde podemos verificar que obteve um retorno de quatrocentos e seis milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e quarto reais e onze centavos. Logo, vale ressaltar que este valor se refere somente ao valor do retorno, não está enquadrado a taxa de carregamento e desconto de imposto de renda

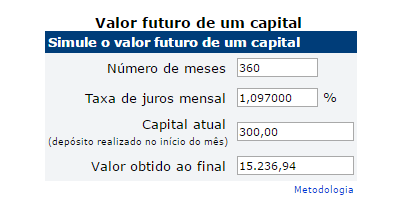
**FIGURA 7 – Valor Futuro VGBL**



**FONTE: Banco Central do Brasil – 2018**

A imagem acima apresenta o retorno de cálculo referente ao VGBL (Plano de vida gerador de Benefício Livre), onde podemos verificar que obteve um retorno de quatrocentos e seis milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e quarto reais e onze centavos. Logo, os valores ficaram exatamente iguais quando comparado com o PGBL, pelo fato de que a calculadora do cidadão só apresenta o valor do retorno, não extrai valores de imposta de renda, bem como, deixa optar qual tabela será usado. Sendo elas, progressiva ou regressiva.

**FIGURA 8 – Valor Futuro CDB**

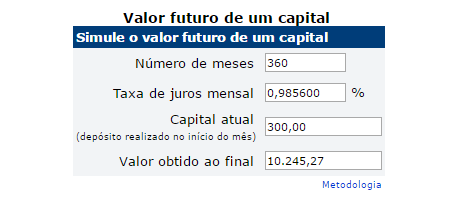


**FONTE: Banco Central do Brasil – 2018**

A imagem acima apresenta o retorno de cálculo referente ao CDB (Certificado de deposito bancário), onde podemos verificar que obteve um retorno de quinze mil, duzentos e trinta e seis reais e noventa e quatro centavos.

Este valor se refere somente a uma aplicação para trinta anos, e o objetivo da pesquisa é apresentar o retorno quantitativo de alguém que investiu mensalmente num período de trezentos e sessenta meses onde podemos observar a seguir no resumo dos cálculos realizado pelo autor, o qual possui o retorno de todas as aplicações realizadas nesse período.

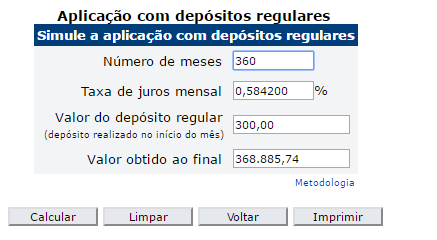
**FIGURA 9 – Valor Futuro Tesouro Direto**



**FONTE: Banco Central do Brasil – 2018**

A imagem acima apresenta o retorno de cálculo referente ao Tesouro Direto/NTN-B, podemos observar que obteve um retorno de dez mil, duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos. Vale ressaltar que este valor se refere somente a uma aplicação para trinta anos, e o objetivo da pesquisa é apresentar o retorno quantitativo de alguém que investiu mensalmente num período de trezentos e sessenta meses onde podemos observar a seguir no resumo dos cálculos realizado pelo autor, o qual possui o retorno de todas as aplicações realizadas nesse período.

**FIGURA 10 –Valor Futuro Caderneta Poupança**



**FONTE: Banco Central do Brasil – 2018**

A imagem acima apresenta o retorno de cálculo referente Poupança onde podemos observar que obteve um retorno de trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos. Ou seja, dentre as modalidades de investimentos selecionadas para a pesquisa a poupança possui o menor retorno.

* 1. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Um projeto de investimento tratado individualmente é classificado como atraente. Porém, quando comparado com outras modalidades se faz necessário fazer uma análise para verificar qual se encontra mais vantajoso a longo prazo.

Esta análise leva em conta cinco modalidades de investimos aferidos igualmente no período de trezentos e sessenta meses. Ilustrativamente, como podemos ver na imagem a seguir:

**TABELA I - RESUMO QUANTITATIVO GERAL RETORNO INVESTIMENTOS**

|  |  |
| --- | --- |
| **RESUMO QUANTITATIVO GERAL INVESTIMENTOS/ STATUS** | |
| **INVESTIMENTOS** | **STATUS** |
|
|
| **PGBL - Progressivo** | R$ 706.524,82 |
| **PGBL - Regressivo** | R$ 877.065,29 |
| **VGBL - Progressivo** | R$ 631.356,82 |
| **VGBL - Regressivo** | R$ 783.753,29 |
| **CDB** | R$ 1.379.886,19 |
| **POUPANÇA** | R$ 366.816,85 |
| **TESOURO DIRETO** | R$ 1.019.029,58 |

**Fonte: O Autor**

**FIGURA 11 - RESUMO QUANTITATIVO GERAL RETORNO INVESTIMENTOS**

**Fonte: O Autor**

Conforme foi demonstrado, nas figuras acima, podemos verificar o resumo dos cálculos realizados pelo autor. O qual tem por intuito confrontar com os números obtidos pela calculadora do cidadão e apresentar os resultados com mais precisão.

Vale ressaltar que, para obter esses números, foi utilizado informações do mercado. Ou seja, para realização dos cálculos das modalidades: PGBL e VGBL, foram extraídas informações que as instituições financeiras utilizam.

Tais informações foram uteis para utilização da taxa de carregamento e meta anual estipulada. Já para obter o número do INPC optou-se por utilizar a mediado acumulado dos últimos cinco anos, onde foi obtido uma taxa de 7,1640%.

Este método, apesar de bastante conhecido e intuitivo, apresenta algumas variáveis. Como por exemplo IR (imposto de renda). Este pressuposto apresenta-se de difícil execução prática, somente verificada em algumas situações especiais. Uma vez que possuem duas tabelas sendo elas: Progressiva e Regressiva (opção a qual o contratante opta no momento da contratação de um PGBL ou VGBL).

No entanto, foram extraídas informações do Paraná Banco para a o CDB (Cerificado de deposito bancário), e do Site da Anbima para o Tesouro Direto (NTN-B).

Logo, para realização do cálculo foram obtidas informações do mercado. Bem como, média dos últimos cinco anos do IPCA e Caderneta de poupança acumulado. Optou em utilizar essa média para ter um embasamento maior tendo em vista que a pesquisa se refere a aplicações futuras no período de trinta anos.

Com essas informações extraídas, o IPCA foi utilizado para calcular o retorno do Tesouro direto (NTN-B). E a média da Caderneta de poupança para a própria Poupança.

Salienta – se ainda que, conforme mencionado no início do capitulo foram realizados cálculos quantitativos. Logo, para os investimentos e CDB, Tesouro Direto e Poupança, não foram descontados a taxa do imposto de renda. Uma vez que, a pesquisa teve o objetivo de evidenciar o retorno financeiro de cada modalidade de investimento apresentando o mais vantajoso no período estudado.

1. **RECOMENDAÇÕES**

O objetivo geral desse trabalho foi desenvolver uma pesquisa sobre algumas modalidades de investimento de baixo risco, com o intuito de extrair conhecimento a partir de bases textuais. Nesse sentido, foi realizada uma revisão sobre os investimentos selecionados, visando suportar a proposição do trabalho.

Esse estudo procura simplificar o conhecimento referente a planos de previdência complementar, modalidades de investimento e verificar por meio de análise quantitativa qual investimento mais atraente sobre o retorno do capital investido.

Para esse estudo foi considerado somente modalidades de investimento com custo baixo dentre os mais populares. Tal abordagem possibilita ter conhecimento e analisar de maneira precisa as modalidades e optar pela mais vantajosa de acordo com o perfil. Salienta-se que em função dessa simplificação, a precisão é maximizada.

Esta analise permite que o investidor tenha uma maior familiaridade com as modalidades de investimentos selecionados. Por isso atentou-se em apresentar os pros e contras de cada modalidade, assim, facilitando o esclarecimento.

Outro ponto importante a considerar refere-se à educação financeira no Brasil, para tal, foi abordado esse assunto uma vez que ligado diretamente com investimento. Segundo Lucci, Zerrenner, Verrone, Santos (2016), a importância da educação financeira pode ser vista sob diversas perspectivas: sob a perspectiva de bem-estar pessoal, jovens e adultos podem tomar decisões que comprometerão seu futuro. Para tanto, se faz necessário ter esse conhecimento. Salienta-se ainda que, o Brasil é um dos únicos países que tem um programa para educação financeira sem interesses comerciais.

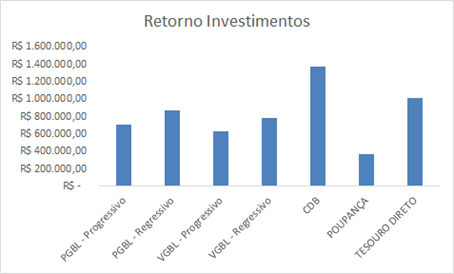
A educação financeira, além do benefício pessoal, favorece o melhor desenvolvimento do mercado financeiro, uma vez que o estimula a oferecer melhores serviços.

O mercado oferece, como opções de investimentos às pessoas físicas, além da tradicional caderneta de poupança, uma alternativa intermediária entre a poupança e o CDB, oferece ainda os CDBs pré-fixados e pós fixados e os fundos de investimentos diversos.

Ao longo deste trabalho surgiram novas possibilidades de investimentos que não foram desenvolvidas, pois tornariam este trabalho muito extenso. Uma vez que o principal objetivo é verificar o retorno do investimento em PGBL e VGBL, comparar com a Poupança, CDB (certificado deposito bancário), e Tesouro Direto. Como podemos observar nos cálculos quantitativos apresentado ao longo da pesquisa, usando como complemento a calculadora cidadão a qual se encontra disponível no site Banco Central do Brasil.

Conclui se que dentre essas modalidades o CDB (Certificado de deposito bancário), se encontra como a mais vantajosa se tratando em retorno do capital investido como alternativa de complemento de renda futuro, como mostra o quadro abaixo.

**FIGURA 12 – QUADRO COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS**



**FONTE: O Autor**

Ressalta-se que, foi objetivo proposto desse estudo, fazer com que o leitor tenha conhecimento das modalidades de investimentos selecionados para a pesquisa sendo elas: Previdência privada aberta nas modalidades de PGBL, VGBL, CDB, Tesouro direto e poupança. E. após obter esses esclarecimentos usar a pesquisa a seu favor em sua tomada de decisão ao optar por a algum desses investimentos para complemento de renda futuro.

Recomenda-se para qualquer tipo de investimento, um aprofundamento nos estudos a respeito do ativo, investigando, em detalhes, os fatores de risco, rentabilidade e liquidez.

A seguir são apresentadas as vantagens e desvantagens de cada investimento selecionado para a pesquisa. Tendo em vista que, ao ter acesso a essas informações contribuirá para que o investidor possa escolher a melhor opção a ser investida de acordo com suas perspectivas.

* 1. VANTAGENS E DESVANTAGENS DA CADERNETA DE POUPANÇA

Vantagens:

Permite-nos acumular riqueza que podemos gastar no futuro. Por exemplo, podemos poupar para, no futuro, comprar uma casa ou pagar o curso dos filhos sem ter de recorrer a empréstimos. O que conseguirmos poupar vai render algum juro, mesmo que pouco. O qual nos traz conforto e paz de espírito saber que temos algum dinheiro guardado. Este é, sem dúvida, um dos maiores benefícios.

 Satisfação ter uma conta-poupança que vemos crescer, mês a mês. Podemos utilizar a poupança para abater alguma dívida que tenhamos, como o crédito à habitação ou o crédito automóvel. Permite-nos ter uma reforma mais tranquila, porque teremos mais dinheiro e mais segurança, quando já não pudermos trabalhar.

Temos uma segurança, em caso de emergência, a que podemos recorrer. Nunca se sabe quando pode acontecer, por isso é bom estarmos preparados.

Permite-nos estabelecer objetivos: por exemplo, poupar para fazermos umas férias exóticas no próximo ano, ou poupar para comprar um automóvel ou poupar para pagar um curso superior. O facto de termos objetivos concretos, ajuda-nos a poupar!

Se comprarmos com o nosso próprio dinheiro e não tivermos de recorrer a empréstimos, não pagamos juros sobre o dinheiro emprestado. Estes juros, por vezes, chegam aos milhares de euros todos os anos!

Poupar ajuda-nos a planear o futuro e as despesas futuras. Se já sabemos que daqui a 15 anos vamos ter dois filhos a estudar na universidade, provavelmente a viver longe de casa e a custar várias centenas de euros por mês cada um, devemos começar a poupar já!

Desvantagens:

Se guardamos dinheiro, estamos a gastar menos no presente e isso, de alguma forma, pode não ser bom, sobretudo se levarmos a poupança ao limite de deixar de comer para poupar. Se as nossas poupanças estão numa conta a prazo e retirarmos o dinheiro antes do fim desse prazo, a poupança não pagará o rendimento.

Os juros que os bancos nos oferecem numa conta a prazo são, normalmente, baixos, comparados com outras formas de investimento.

Baixa Rentabilidade, não é incomum que o retorno da poupança fique abaixo da inflação.

* 1. VANTAGENS E DESVANTAGENS DA MODALIDADE DE INVESTIMENTO CDB – CERTIFICADO DEPÓSITO BANCÁRIO

 Vantagens

Risco praticamente nulo se tratando de banco de primeira linha, bancos de segunda linha são muito agressivos quanto à taxa de remuneração, não tem taxa de administração

É possível ter uma ideia do retorno no momento da aplicação- Os CDB’s são garantidos pelo FGC – Fundo Garantidor de Crédito (até R$ 250.000 por CPF). Ou seja, se você aplicar R$ 250.000 em um CDB e o Banco emissor ‘quebrar’, você terá o valor aplicado garantido.

Desvantagens:

 IOF regressivo. Se aplicar em um CDB hoje e resgatar antes de 30 dias o seu rendimento será nulo. O prazo mínimo aceitável para aplicar em um CDB é de trinta dias para fugir pelo menos da carência do IOF.

De certa forma é difícil conseguir uma taxa atrativa em um banco de primeira linha – rating triplo A, por exemplo.

Começa realmente a valer a pena quando o prazo para resgate se estende por pelo menos 720 dias, aonde o IR sobre o rendimento não passa de 15%.

IR regressivo sobre o rendimento líquido no momento do resgate corrói de forma significativa o investimento.

* 1. VANTAGENS E DESVANTAGENS DO INVESTIMENTO EM TESOURO DIRETO

Vantagens:

Desde 2015, o Tesouro passou a ter liquidez diária, ou seja, você pode vender no mesmo dia em que decidir fazê-lo. O Tesouro Direto permite programar o investimento, o que ajuda na disciplina para investir. Em contato com o banco ou com a corretora, você pode programar uma espécie de “débito automático” ou “aplicação automática”.

O rendimento do investimento é bom. Como o Brasil ainda tem uma inflação alta, os títulos do Tesouro que acompanham tal índice pagam bem. É bem fácil de aplicar e você pode fazê-lo por conta própria. Você precisa apenas ter uma conta em um banco ou em uma corretora para começar.

O site oficial do Tesouro Direto é bastante claro e explica detalhes sobre seu funcionamento. Você pode olhar os títulos atualmente disponíveis para compra, como o Tesouro IPCA+ (que antes se chamava NTN-B) ou o Tesouro Selic (que antes se chamava LFT). Não se assuste com os preços de compra, é possível comprar apenas uma fração dos títulos.

Desvantagens

Vendas antecipadas não garantem rentabilidade contratada – e podem levar a perdas, pode não conseguir vender exatamente no momento desejado

Se vender um título antecipadamente para realizar lucros, certifique-se de que tem um bom destino para aquele dinheiro

Como evitar esse risco: só venda antecipadamente para realizar lucros se você tiver encontrado uma oportunidade de investimento com potencial de rentabilidade maior que o rendimento contratado quando você comprou aquele papel.

Ou, é claro, se você for usar efetivamente o dinheiro para realizar algum de seus objetivos financeiros. Mas nesses casos, mexer em aplicações mais conservadoras pode ser mais indicado.

Como evitar esse risco: só venda antecipadamente para realizar lucros se você tiver encontrado uma oportunidade de investimento com potencial de rentabilidade maior que o rendimento contratado quando você comprou aquele papel.

Ou, é claro, se você for usar efetivamente o dinheiro para realizar algum de seus objetivos financeiros. Mas nesses casos, mexer em aplicações mais conservadoras pode ser mais indicado.

* 1. VANTAGENS E DESVANTAGENS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA NA MODALIDADE DE PGBL – PLANO GERADOR DE BENEFÍCIO LIVRE

Vantagens:

Permite abater da base de cálculo do IR os aportes realizados anualmente ao plano até um limite máximo de 12%(\*) da renda bruta tributável do investidor.

Indicado para as pessoas que optam pela declaração completa do Imposto de Renda.

Essa dedução não significa que os aportes feitos na Previdência são isentos de IR. Haverá incidência do IR sobre o valor total do resgate ou da renda recebida quando eles ocorrerem.

Desvantagens:

As taxas de administração, cobradas pelas instituições, podem afetar a rentabilidade. “Taxas a partir de 1,5 por cento são altas e não recomendadas”. Além da taxa de administração, existe também a taxa de carregamento, que incide sobre cada depósito que é feito no plano.

Previdência privada, indiretamente, você está aplicando em um fundo, produto financeiro que nem todos conhecem. Assim, antes de iniciar uma previdência privada, é fundamental conhecer as características do fundo, sua composição e, claro, comparar a sua rentabilidade com outros planos. Lembrando que nada disso adianta se você não acompanhar os rendimentos da sua previdência privada, periodicamente.

Os impostos cobrados na previdência privada tornam esse investimento pouco vantajoso em curto prazo. Geralmente um investimento está relacionado a um objetivo. Se você pretende usar esse dinheiro para [comprar um carro](http://meubolsofeliz.com.br/video/o-que-levar-em-consideracao-para-comprar-um-carro/) ou [fazer uma viagem](http://meubolsofeliz.com.br/noticia/como-se-planejar-financeiramente-para-viajar/), por exemplo, o ideal é pensar em outras formas. Por conta da tributação diferenciada, Progressiva (de zero a 27,5 por cento) ou regressiva (de 35 a 10 por cento), a previdência não pode ser vista como uma aplicação de curto ou médio prazo.

Em caso da seguradora ou a entidade de previdência privada em que você possui a sua previdência privada quebrar, os valores lá depositados não são garantidos pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito). Os planos de previdência são supervisionados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).

* 1. VANTAGENS E DESVANTAGENS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA NA MODALIDADE VGBL – PLANO VIDA GERADOR DE BENEFÍCIO LIVRE

Vantagens:

Não permite abater do IR os aportes ao plano. Indicado para quem usa a declaração simplificada ou é isento ou para quem já investe em um PGBL, mas quer investir mais de 12% de sua renda bruta em previdência privada.

O IR incidirá apenas sobre os rendimentos do plano e não sobre o total acumulado.

Desvantagens:

As taxas de administração, cobradas pelas instituições, podem afetar a rentabilidade.

Previdência privada, indiretamente, você está aplicando em um fundo, produto financeiro que nem todos conhecem. Assim, antes de iniciar uma previdência privada, é fundamental conhecer as características do fundo, sua composição e, claro, comparar a sua rentabilidade com outros planos. Lembrando que nada disso adianta se você não acompanhar os rendimentos da sua previdência privada, periodicamente.

Os impostos cobrados na previdência privada tornam esse investimento pouco vantajoso em curto prazo. Geralmente um investimento está relacionado a um objetivo. Se você pretende usar esse dinheiro para [comprar um carro](http://meubolsofeliz.com.br/video/o-que-levar-em-consideracao-para-comprar-um-carro/) ou [fazer uma viagem](http://meubolsofeliz.com.br/noticia/como-se-planejar-financeiramente-para-viajar/), por exemplo, o ideal é pensar em outras formas. Por conta da tributação diferenciada, Progressiva (de zero a 27,5 por cento) ou regressiva (de 35 a 10 por cento), a previdência não pode ser vista como uma aplicação de curto ou médio prazo.

Em caso da seguradora ou a entidade de previdência privada em que você possui a sua previdência privada quebrar, os valores lá depositados não são garantidos pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito). Os planos de previdência são supervisionados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).

1. **CONCLUSÃO**

Por final, foi possível cumprir o objetivo geral desta pesquisa, onde foi apresentado durante o desenvolvimento deste trabalho, todos os modelos de investimento de baixo risco, como também a estrutura do sistema financeiro nacional e o básico sobre educação financeira. Para isso, foi possível cumprir todos os objetivos específicos definidos para este projeto.

Além disso, o problema de pesquisa inicial foi respondido, e ficou demonstrado que o CDB é o produto de investimento de baixo risco que tem o maior retorno, seguindo os parâmetros observados nessa pesquisa.

**7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANBIMA, Informativo. **Apenas 22% dos brasileiros planejam suas vidas financeiras.** Disponível em: <http://www.anbima.com.br/pt\_br/institucional/publicacoes/informativo/apenas-22-dos-brasileiros-planejam-suas-vidas-financeiras.htm> Acesso em: 17/03/2018.

ARAUJO, Fernando, Calife, Flavio. **A História Não Contada Da Educação Financeira No Brasil**, P.1, 2016. Disponível em: <<http://Www.Boavistaservicos.Com.Br/Wp-Content/Uploads/2014/08/A-Hist%C3%B3ria-N%C3%A3o-Contada-Da-Educa%C3%A7%C3%A3o-Financeira-No-Brasil.Pdf>> Acesso em: 12/10/2017.

BODIE, Zvi, Kane, Alex, Marcus, Alan J. **Fundamentos De Investimentos** 9ª Edição, Editora Amgh. P. 03. 2015.

BRASIL, Banco, **Cdb – Certificado De Deposito Bancario.** Disponível em <<http://Www.Bb.Com.Br/Docs/Pub/Voce/Dwn/Cartilhacdb.Pdf>> Acesso em: 20/10/2017.

BRASIL, Banco Central**, Remuneração Dos Depósitos De Poupança**. Disponível em: <<http://Www4.Bcb.Gov.Br/Pec/Poupanca/Poupanca.Asp>> Acesso em: 19/10/2017

BRASIL, Banco Central, **Calculadora do Cidadão**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/calculadora/calculadoracidadao.asp>> Acesso em: 15/05/2017.

BRASIL. Misses, **Por que uma sociedade poupadora enriquece e uma sociedade consumista empobrece**. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2665> Acesso em 20/04/2017.

CONTABILIDADE, Portal, **Caderneta De Poupança - Classificação Contábil**. Disponível em: <<http://Www.Portaldecontabilidade.Com.Br/Tematicas/Caderneta-De-Poupanca.Htm>> Acesso em: 19/10/2017.

BREU, Edgar, **Certificação Especialista Em Investimento Anbima.** Disponível em:<<http://Edgarabreu.Com.Br/Wp-Content/Uploads/2016/01/Cea-2016-Janeiro.Pdf>> Acesso em: 25/10/2017.

CAIXA, **Previdência Privada.** Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/previdencia/Paginas/default.aspx>> Acesso em:21/10/2017.

CAIXA, Poupança. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/poupanca-e-investimentos/poupanca/Paginas/default.aspx>> Acesso em 10/11/2017.

ECONOMIA, **O Outro lado da Moeda**. Disponível em: <<https://luisantoniolicks.wordpress.com/2012/06/09/o-ciclo-de-vida-de-consumo-e-poupanca-o-otimismo-oficial-e-o-endividamento-do-povo/>> Acesso em 20/09/2017.

ENEF, Estratégia Nacional Da Educação Financeira. **Investimento**. Disponível em: <<http://Www.Vidaedinheiro.Gov.Br/Ferramenta.Php?F=Investimento>> Acesso em: 19/10/2017.

FERREIRA, Roberto, G. **Tesouro Direto E Outros Investimentos Financeiros**, Editora Atlas. P. 129. 2015.

JUSBRASIL, **Art. 202 da Constituição Federal de 88**. Disponivel em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/430144/artigo-202-da-constituicao-federal-de-1988>> Acesso em: 15/09/2017.

JUSBRASIL, **Constituição Federal - Constituição da República Federativa do Brasil 1988 | Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/112175738/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988> Acesso em: 15/09/2017.

JUSBRASIL, **Previdência Privada.** Disponível em: <<http://stefanocmm.jusbrasil.com.br/artigos/147837252/previdencia-privada>> Acesso em: 15/09/2017.

JUSBRASIL, **Tipos de Previdência.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/tipos-de-previdencia>> Acesso em: 08/10/2017.

LUCCI, C, R. Zerrenner, S, A. Verrone, Marco A, G. Santos, S, C, **A Influência Da Educação Financeira Nas Decisões De Consumo E Investimento Dos Indivíduos.** Disponível em: <http://Sistema.Semead.Com.Br/9semead/Resultado\_Semead/Trabalhospdf/266.Pdf> Acesso em: 21/10/2017.

MARISTELA, Infomoney, **Falta Cultura Financeira Nos Brasileiros**, P.1, 2016. Disponível em: <<http://Www.Infomoney.Com.Br/Onde-Investir/Previdencia/Noticia/4311318/Falta-Cultura-Financeira-Nos-Brasileiros-Diz-Especialista-Previdencia>, Acesso em: 12/10/2017.

MARTINS, Danilo, **Coloque Seu Dinheiro Para Trabalhar**. Disponível em: <<http://Www.Investidor.Gov.Br/Portaldoinvestidor/Export/Sites/Portaldoinvestidor/Entrevistas/Arquivos/10premioimprensa/Danylo_Dias_Martins_Coloque_Seu_Dinheiro_Para_Trabalhar_Vocx_Sa.Pdf>> Acesso em 19/10/2017.

OCDE. **Assessoria De Comunicação Social. Oecd’s Financial Education Project.** Ocde, 2004.  Disponível em: <http://Www.Oecd.Org> Acesso em: 21/10/2017.

OLIVEIRA, Silvio Luiz De. **Tratamento De Metodologia Científica. Ed.** São Paulo: Thomson Learning, 2004.

PINHEIRO, R.P. **Previdência Complementar No Brasil: História, Evolução E Desafios.** P.1, 2008. Disponível em: <http://Www.Mpas.Gov.Br/Arquivos/Office/3\_081014-105451-757.Pdf> Acesso em: 12/10/ 2017.

PINHEIRO, R.P. **Educação Financeira E Previdenciária, A Nova Fronteira Dos Fundos De Pensão.** P.2, 2008. Disponível em: <<http://Www.Previdencia.Gov.Br/Arquivos/Office/3_090420-113416-244.Pdf>> Acesso em: 21/10/2017.

PREVIC, **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416-244.pdf>> Acesso em:20/10/2017.

PREVIDÊNCIA, Secretaria, **Reforma da Previdência**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/reforma/>> Acesso em: 17/03/2018.

REPUBLICA, Da Presidência, [**LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 29 DE MAIO DE 2001**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lcp%20109-2001?OpenDocument). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp109.htm>> Acesso em: 15/09/2017.

REPUBLICA, Presidência, [**LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964.**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%204.595-1964?OpenDocument)Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L4595.htm> Acesso em: 17/05/2017

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia Do Trabalho Científico. 23. Ed. Ver. E Atualizada.** São Paulo: Cortez, 2007.

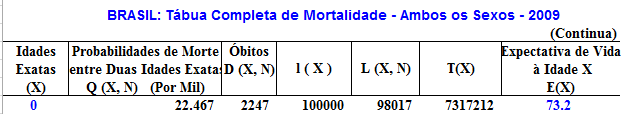
SUSEP, **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/apresentacao>> Acesso em: 21/10/2017.

TESOURO DIRETO, **Venda de títulos públicos pela internet**. Disponível em: <<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/divida_publica/downloads/Parte%203_7.pdf>> Acesso em 25/08/2017.

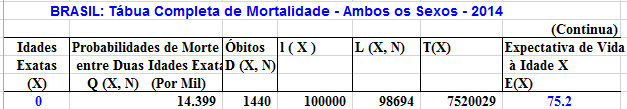
TESOURO DIRETO, **Conheça o Tesouro Direto**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto-conheca-o-tesouro-direto>> Acesso em 23/08/2017.

**8. ANEXOS**

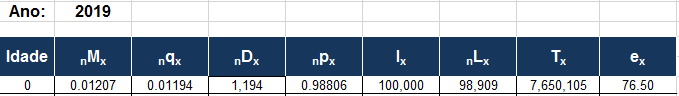
**Anexo I – Tabua Completa de Mortalidade – Ambos os Sexos -2009 (IBGE)**



**Anexo II - Tábua Completa de Mortalidade - Ambos os Sexos - 2014 (IBGE)**



**Anexo III - Tábua Completa de Projeção de Mortalidade - 2000 a 2060 (IBGE**)



**Anexo IV – Demonstrativo dos Cálculos PGBL E VGLB**

|  |  |
| --- | --- |
| PGBL E VGBL |  |
|  |  |
|  |  |
| VALOR MENSAL | 300,00 |
| PRAZO (ANOS) | 30 |
| PRAZO (MESES) | 360 |
|  |  |
| TAXA DE CARREGAMENTO |  |
| (ESTIMADA EM 4% a.m.) | 12,00 |
|  |  |
| VALOR MENSAL LÍQUIDO APLICADO | 288,00 |
|  |  |
| TX. ANUAL (INPC ESTIMADO + 5%a.a.) | 12,52 |
| INPC ANUAL (ESTIMADO) | 7,1640 |
| JURO ANUAL | 5,00 |
|  |  |
| TAXA MÊS (ESTIMADA) | 0,98785403 |
|  |  |
| VF-VALOR FUTURO | 974.516,99 |
|  |  |
| ***(TAXA MENSAL/100) ; PRAZO ; -VLR PG MENSAL ; O ZERO (VP) ; O ZERO (PGTO. NO FINAL)*** | |
|  |  |
|  |  |
| TRIBUTAÇÃO |  |
|  |  |
| PGBL C/ TABELA PROGRESSIVA |  |
|  |  |
| VALOR FINAL | 974.516,99 |
| IR (ESTIMADO-27,5%) | 267.992,17 |
| LÍQUIDO | 706.524,82 |
|  |  |
| PGBL C/ TABELA REGRESSIVA |  |
|  |  |
| VALOR FINAL | 974.516,99 |
| IR (ESTIMADO-10%) | 97.451,70 |
| LÍQUIDO | 877.065,29 |
|  |  |
|  |  |
| VGBL C/ TABELA PROGRESSIVA |  |
|  |  |
| VALOR CONTRIBUÍDO | 103.680,00 |
| VALOR FINAL C/ CORREÇÃO | 974.516,99 |
| RENDIMENTO | 870.836,99 |
|  |  |
| VALOR DA BASE CÁLCULO | 870.836,99 |
| IR (ESTIMADO-27,5%) | 239.480,17 |
| LÍQUIDO | 631.356,82 |
|  |  |
| VGBL C/ TABELA REGRESSIVA |  |
|  |  |
| VALOR DA BASE CÁLCULO | 870.836,99 |
| IR (ESTIMADO-10%) | 87.083,70 |
| LÍQUIDO | 783.753,29 |

**Anexo V – Demonstrativo do Cálculo CDB**

|  |  |
| --- | --- |
| CDB | |
| taxa em 15/05/2017 (Paraná Banco) = 14% |  |
| Considerado no Estudo para 30 anos |  |
| PRAZO EM MESES | 360 |
|  |  |
|  |  |
| TX. ANUAL | 14,00 |
|  |  |
| TAXA MÊS (ESTIMADA) | 1,09788520 |
|  |  |
| VALOR APLICADO (ÚNICA VEZ) | 300,00 |
|  |  |
| VF-VALOR FUTURO | -15.285,05 |
|  |  |
| ***(TAXA MENSAL/100) ; PRAZO ; -VLR PG MENSAL ; O ZERO (VP) ; O ZERO (PGTO. NO FINAL)*** | |
| |  | | --- | | Total | | -R$ 1.379.886,19 | | |

**Anexo VI – Demonstrativo do Cálculo Caderneta de Poupança**

|  |  |
| --- | --- |
| CADERNETA DE POUPANÇA |  |
|  |  |
| VALOR MENSAL | 300,00 |
| PRAZO (ANOS) | 30 |
| PRAZO (MESES) | 360 |
|  |  |
| TAXA DE CARREGAMENTO | 0,00 |
|  |  |
| VALOR MENSAL LÍQUIDO APLICADO | 300,00 |
|  |  |
| TX. ANUAL (MÉDIA ÚLTIMOS 5 ANOS) | 7,24118000 |
|  |  |
| TAXA MÊS (ESTIMADA) | 0,58428475 |
|  |  |
| VF-VALOR FUTURO | 366.816,85 |
|  |  |
| ***(TAXA MENSAL/100) ; PRAZO ; -VLR PG MENSAL ; O ZERO (VP) ; O ZERO (PGTO. NO FINAL)*** | |

**Anexo VII – Demonstrativo do Cálculo Tesouro Direto**

|  |  |
| --- | --- |
| Título Público - Tesouro Direto |  |
| utilizado a NTN-B vencimento 2045 |  |
| taxa em 15/05/2017 (anbima) = 5,1128% |  |
| Considerado no Estudo para 30 anos |  |
| PRAZO EM MESES | 360 |
|  |  |
|  |  |
| TX. ANUAL (IPCA ESTIMADO + 51128%a.a.) | 12,49 |
| IPCA ANUAL (ESTIMADO) | 7,0180 |
| JURO ANUAL | 5,11 |
|  |  |
| TAXA MÊS (ESTIMADA) | 0,98560998 |
|  |  |
| VALOR APLICADO (ÚNICA VEZ) | 300,00 |
|  |  |
| VF-VALOR FUTURO | -10.245,63 |
|  |  |
| ***(TAXA MENSAL/100) ; PRAZO ; -VLR PG MENSAL ; O ZERO (VP) ; O ZERO (PGTO. NO FINAL)*** | |
| |  | | --- | | Total | | -R$ 1.019.029,58 | | |